



GT12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

ISSN 2177-3688

O ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO DAS TEMÁTICAS ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADES

POSTGRADUATE TEACHING IN INFORMATION SCIENCE IN THE NORTHEAST REGION FROM THE PERSPECTIVE OF THE INCLUSION OF ETHNIC-RACIAL THEMES, GENDER AND DIVERSITIES

Leyde Klebia Rodrigues da Silva - Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Maria Cleide Rodrigues Bernardino - Universidade Federal do Cariri (UFCA)
Carolina de Souza Santana - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O cenário brasileiro relacionado às políticas nacionais de Ensino, sobretudo, na Educação Básica e do Ensino Superior, aponta a necessidade de ampliar o debate sobre a recomendação de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Assim, questiona-se como os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, conduzem as discussões a respeito de temas decoloniais em consonância com os anseios da sociedade. Para responder a tal questionamento, este estudo objetiva analisar as disciplinas dos cursos de pós-graduação em ciência da informação da região Nordeste do Brasil na perspectiva da inclusão das temáticas Étnico-Raciais, gênero e diversidades relacionadas ao GT 12 da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciência da Informação. A metodologia é amparada em uma pesquisa documental, exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. Os resultados revelam que ainda é ínfima a inclusão das temáticas decoloniais nos componentes curriculares dos programas e que urge uma autoavaliação e atualização quanto à abordagem da informação em toda a sua diversidade.

Palavras-chave: Ciência da Informação; ensino em Pós-Graduação; relações étnico-raciais; gênero e sexualidade; diversidade.

Abstract: The Brazilian scenario related to national Education policies, especially in Basic Education and Higher Education, points to the need to broaden the debate on the recommendation of National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro History and Culture -Brazilian and African and the National Guidelines for Education in Human Rights. Thus, it is questioned how the Graduate Programs in Information Science in Brazil conduct discussions on decolonial themes in line with society's aspirations. To answer this question, this study aims to analyze the disciplines of the graduate courses in information science in the Northeast region of Brazil from the perspective of including the Ethnic-Racial, gender and diversity themes related to GT 12 of the National Association of Graduate Studies. graduation and Research in Information Science. The methodology is supported by documentary, exploratory and descriptive research, with a qualitative approach. The results reveal that the inclusion of decolonial themes in the curricular components of the programs is still negligible and that a self-assessment and update regarding the approach to information in all its diversity is urgent.

Keywords: Information Science; Postgraduate teaching; ethnic-racial relations; gender and sexuality; diversity.

1 INTRODUÇÃO

O ensino na Área de Ciência da Informação no âmbito da Pós-graduação encontra-se em transição, pois acompanha o cenário e o comportamento informacional da sociedade. Um exemplo disso é que a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), em 2021, durante o ENANCIB que ocorreu em formato remoto, aprovou em assembleia, a criação do Grupo de Trabalho (GT) - 12 'Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades'. A criação do GT é um reflexo de uma comunidade de pesquisadores que olha para si e para o mundo, que reflete sobre a Área e seu lugar na sociedade.

Este estudo se ampara em uma pesquisa documental, exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e tem como problemática, o seguinte questionamento: como os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, conduzem as discussões a respeito de temas decoloniais em consonância com os anseios da sociedade? Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar as disciplinas dos cursos de pós-graduação em ciência da informação da região Nordeste do Brasil na perspectiva da inclusão das temáticas Étnico-Raciais, gênero e diversidades relacionadas ao GT 12.

Se justifica, primeiramente, pela necessidade de atualização e acompanhamento das discussões que vêm sendo debatidas no âmbito da Política Nacional de Ensino, a exemplo da Educação Básica e do Ensino Superior, sobretudo, no que concerne às Graduações, com a recomendação de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) como: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; A Lei nº 11.645, de 10 março de 2008 que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio (BRASIL, 2003, 2004, 2008, 2012).

Em segundo lugar, em virtude das políticas internacionais, como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) que traz 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas em que o acesso à informação, assim como o combate à desinformação, são elementos essenciais para a garantia de implementação da agenda global. É importante ressaltar que tendo apenas 7 anos para o prazo da Agenda e dado os últimos relatórios da sociedade civil de 2019 a 2022 que apontam um retrocesso em quase todas as metas, é

urgente o engajamento das escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, tanto na Graduação quanto na Pós-graduação.

Ressalta-se ainda o compromisso dos Programas de Pós-Graduação com: a inter(multi)disciplinaridade; a melhoria da qualidade da educação básica; a sociedade, sobretudo o mundo do trabalho, marcado por desigualdades (racial, gênero, sexualidades, geracionais, capacitistas, entre outras). E ainda, a Missão da ANCIB, que além de centrar sua finalidade em acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil, também se preocupa em se projetar “como uma instância de representação científica e política importante para o debate das questões pertinentes à área de informação” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2023, não paginado).

Por fim, ressaltamos a importância de estudantes de diferentes programas de Pós-Graduação, participarem de disciplinas e experiências de ensino em que a cultura do nosso povo, sobretudo, contribua para a formação deste país, e seja um elemento central a ser incorporado nas suas práticas profissionais (OLIVEN, 2010). E, por questões que envolvem dívidas históricas, não foram, nem estão devidamente representados nas esferas, educacionais, políticas, econômicas, entre outras.

Nesse entendimento, este trabalho foi estruturado a partir de um referencial teórico pautado em trabalhos acadêmicos que trazem discussões sobre o ensino das questões étnico-raciais, gênero e diversidade nos PPGCIs, além de dispositivos legais que referendam a inclusão dessas temáticas nos Programas de Pós-graduação; em seguida apresentamos a metodologia adotada, caracterizada pelo estudo descritivo e documental a partir da análise das disciplinas ofertadas pelos PPGCIs do Nordeste do país. Posteriormente faz-se uma análise e discussão dos dados e por fim, apresentamos as considerações finais deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compor o *corpus* teórico deste estudo, nos centramos nas discussões que envolvem o Ensino para questões Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidades na Pós-Graduação. Um levantamento preliminar sobre a pesquisa na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) nos permitiu observar que a discussão sobre ensino, no contexto da Educação Superior, relacionado aos temas citados têm sido incitados, especificamente no que concerne aos Cursos de Graduação.

Os trabalhos ‘A educação antirracista nos cursos de Biblioteconomia no Brasil: um panorama da região sudeste’, de Alexandre Faben, Debora Souza Oliveira e Debora Santos de Oliveira (2022), ‘O ensino de história da África em Cursos de Biblioteconomia brasileiros’, de Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Daniela Câmara Pizarro (2022), ‘A inserção das temáticas africana e afro-brasileira e o ensino de Biblioteconomia: avaliação em instituição de ensino superior de Santa Catarina’, de Franciéle Carneiro Garcês da Silva (2019a) e ‘Educação Antirracista no Ensino da Biblioteconomia’, de Erinaldo Dias Valério e Arthur Ferreira Campos (2019) são exemplos de pesquisas que vem refletindo sobre ausência/presença dessas temáticas em currículos.

Estes, evidenciam problemas nas matrizes curriculares de ensino e chamam atenção para o incentivo de fomentos em uma educação antirracista em consonância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, destacam a pouca atenção dada às questões étnico-raciais e a prevalência de um ensino construído com base racista e em privilégios de branquitude docente e da sua categoria profissional, assim como reafirmam a importância da inserção desta temática não só no ensino dos cursos de graduação, mas também na prática, enquanto profissional, cidadã(o), mediador(a) e um(a) sujeito atuante na sociedade, respectivamente.

Dentre os temas apresentados, percebemos que as questões étnico-raciais são mais evidenciadas, dentre as demais, sobretudo, por entender que desde 2003 existem Leis, normas e Diretrizes Nacionais que instituem a obrigatoriedade de uma Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Contudo, mesmo com as exigências legais, as pesquisas acima denotam que ainda é incipiente essa prática nos currículos de cursos de graduação do Brasil.

Nesse sentido, se faz necessário um debate sobre as questões estruturais e estruturantes que formam as sociedades e que dão origem a conhecimentos, pensamentos e epistemologias que contribuem para o epistemicídio de povos historicamente sub-representados. Ou seja, direciona à condição de um modo de observação da construção científica da realidade, onde, teorias e métodos dedicados estruturalmente à observação de fenômenos das relações raciais, de classe, de gênero, sexualidades, diversidades e interseccionalidades ficam fora da realidade, pois se utiliza de teorias e práticas hegemônicas para promover esse epistemicídio.

2.1 Questões étnico-raciais, de gênero e diversidade

A questão étnico-racial, as pluriethnicidades e o pensamento decolonial em Ciência da Informação (CI) ainda precisam ser amplamente discutidos, pesquisados e refletidos dentro da CI brasileira, visto que a população negra representa atualmente mais de 54% dos habitantes do país, conforme informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas é pouco visibilizada dentro de conteúdos formadores de profissionais da área (SILVA, 2019b, 2023).

A questão do preconceito racial na sociedade brasileira sempre foi camuflada, com toques de ‘democracia’, de forma que não se estabelece relação entre a discriminação racial e as desigualdades sociais, econômicas, educacionais e políticas. Estudos realizados mostram a pouca presença de professoras negras no Ensino Superior, mesmo tendo havido um crescimento considerável, com o passar dos anos, de professoras docentes nas academias (AQUINO, 2015). O Brasil colonial foi norteado por uma cultura patriarcal, conservadora e centrada em um sistema de dominação escravocrata que mantinha as mulheres, pessoas negras e indígenas numa posição submissa, marginalizada e inferior.

A trajetória de mulheres indígenas e negras na história brasileira, por exemplo, é pontuada por episódios de violência, exploração sexual e impossibilidade de plena autonomia sobre suas vidas. Mulheres indígenas e negras foram escravizadas na época colonial, e essa condição se estendeu até o final do século 19. Depois desse período, o panorama seguiu marcado pela exploração econômica e sexual das mulheres negras, com sua imagem frequentemente associada a padrões de comportamento sexual mais permissivo, personificado no estereótipo da ‘mulata’. Caracterizado por intenso crescimento econômico e pela crescente urbanização e modernização da sociedade, o Século XX não reservou destino muito diferente a essas mulheres. O papel destinado a elas continuou sendo subalterno, com a desvalorização da sua força de trabalho no campo, altos índices de prostituição e condições precárias de saúde e educação, como destaca Rosana Heringer (2006).

Analisando a situação da educação no Brasil, Beltrão e Alves (2009, p. 154) afirmam que:

[...] embora o nível e a qualidade da educação brasileira ainda estejam muito atrás da de outros países com o mesmo grau de desenvolvimento socioeconômico. O caso brasileiro pode servir de exemplo na medida em que as políticas universalistas adotadas no Brasil – tais como o direito de voto feminino, a educação igualitária, os direitos civis e de família da Constituição

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

de 1988 – contribuíram para que as mulheres brasileiras avançassem na conquista de maiores níveis educacionais.

As mudanças na educação no Brasil expressam um processo significativo de crescimento do setor a partir da década de 1990. Este processo acentuou-se mais ainda para homens e mulheres em 2000, mas mesmo havendo crescimento no acesso ao Ensino Superior, esse não significou igualdade nesse nível de ensino para homens e mulheres. A autora comenta que, em termos da classificação racial, houve “uma grande diferença entre mulheres brancas e negras e entre as mulheres negras e os homens brancos” (SOTERO, 2013, p. 39).

No nível Superior, tem-se uma segmentação de gênero e raça bem mais forte que a verificada no Ensino Médio. Observa-se que, até 1999, as mulheres negras e homens negros mantinham taxas muito baixas, relativamente estáveis e próximas. A partir de 2001 apresenta-se um ligeiro crescimento da participação das mulheres negras e, em 2003, elas ultrapassam a taxa de 5%. Os homens negros passaram a demonstrar a mesma tendência três anos depois (SOTERO, 2013, p. 60).

Ainda que se mantenha o padrão de crescimento de todos os grupos verificados nos demais níveis de ensino analisados, no terceiro grau, o degrau racial é o mais expressivo, independentemente do gênero. A autora também ressalta que a “inserção da mulher negra é menor que a das mulheres brancas, mas os padrões de ingresso – em IES privadas e em cursos de menor prestígio – se mantêm” (SOTERO, 2013, p. 49). Nesse sentido, destacamos que o conceito de raça deve ser compreendido como uma construção social. Stuart Hall (2003), chama atenção para as relações de poder em torno desta categoria discursiva.

[...] é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja – o racismo. Todavia, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza (HALL, 2003, p. 69).

Entendemos, nesse viés, sem problematizar os motivos pelos quais os grupos hegemônicos sempre ocuparam, histórica e estruturalmente, lugares arquetipados e dificilmente ocupados por sujeitos não-brancos e limitar a questão racial a um problema exclusivamente econômico pouco resolve. Afinal, o racismo como consequência desse sistema baseado numa opressão racial, como o autor coloca, se efetiva em uma realidade violenta, marcada por sujeitos excluídos das estruturas sociais e políticas (racismo estrutural), se configurando não apenas como um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado

(racismo institucional) e reproduzido contidamente por meio de práticas de vão de ‘piadas’ – abusos psicológicos – a violências físicas (racismo cotidiano).

Contudo, a racialidade não remete, exclusivamente, a debates em torno do racismo e do preconceito. O tema implica compreender ‘raça’ como conceito e demarcador fundante da identidade de um país e, por conseguinte, sua conjuntura cultural, correspondendo às características dos grupos étnico-raciais distintos ou semelhantes entre si (SANTOS, 2020).

Repensar raça, classe, gênero, sexualidade e outras categorias como ferramentas de análise social tem sido a grande tarefa acadêmica de várias pesquisadoras(es). Pensar essas especificações ou melhor, reconhecer os marcadores sociais que nos constituem é analisar a sociedade a partir de uma ótica interseccional. O conceito de interseccionalidade só foi cunhado em 1989, por Kimberlé Crenshaw, em sua tese de doutorado. Para ela, pensar a interseccionalidade é compreender que não pode haver sobreposição de uma opressão sobre a outra. Djamila Ribeiro (2016) alerta que essa impossibilidade de superposição acontece até porque elas são ‘estruturantes’ e precisam ser rompidas para serem transformadoras. Precisamos entender que ‘raça, classe e gênero’ são indissociáveis, e, portanto, não podem ser pensadas de forma isolada.

Entendemos que falar/se posicionar/(re)existir é reconfigurar as relações de poder. Sendo assim, também como uma proposta para descolonizar o conhecimento, acreditamos que epistemologias baseadas em conhecimento decoloniais implica em abrir espaços nos campos Ciência da Informação para (re)contar e escrever sobre corpos socialmente marginalizados e que sofreram apagamento histórico, dentre tantas outras violências, algumas já citadas neste trabalho. Essa é uma das estratégias utilizadas por mulheres africanas e afro-diaspóricas para desconstruir sua posição dentro da academia (KILOMBA, 2016). A partir do entendimento da nossa própria marginalidade se criarão as possibilidades do nosso devir como sujeitos e não apenas objetos da Ciência.

2.2 Ensino de Pós-Graduação em Ciência da Informação

No Brasil duas instituições são relacionadas a formação de pessoal no âmbito da Ciência da Informação, a Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), cujo escopo abrange a formação e a pesquisa em nível de graduação e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), cuja abrangência contempla a formação e a pesquisa em nível de pós-graduação, como já pontuamos.

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

A ANCIB atua voltada ao aperfeiçoamento dos programas de pós-graduação (mestrados e doutorados), em nível *stricto sensu* vinculados à área de 'Comunicação e Informação', mais especificamente os inter-relacionados ao campo da 'Informação' credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente, conforme dados disponibilizados na Plataforma Sucupira existem no Brasil 40 (quarenta) Curso de pós-graduação em Ciência da Informação, destes: 19 (dezenove) são de mestrado acadêmico, 13 (treze) de doutorado e 8 (oito) de mestrado acadêmico na área, assim considerados aqueles que estão enquadrados em Ciência da Informação, na CAPES, órgão que os credencia e avalia. Sendo representados pelas seguintes Instituições de Ensino Superior: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE), Universidade de Brasília (UNB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília (UNESP-Mar), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (UFPB-JP), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Fumec (FUMEC).

De acordo com os resultados da pesquisa de Lena Vânia Pinheiro (2007) a Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, especialmente de áreas de concentração e linhas de pesquisa, demonstram duas direções, uma para temáticas mais específicas, como Gestão e Arquitetura da Informação, ou Organização do conhecimento, por exemplo, e outra, mais ampla, tentando abarcar as questões históricas, políticas, sociais e culturais (Informação, Cultura e Sociedade; Informação, Conhecimento e Sociedade, Mediação e Ação Cultural).

Contudo, pesquisas como as de Erinaldo Dias Valério, Maria Cleide Rodrigues Bernardino e Joselina da Silva (2012), retratam que à área pouco abordavam as questões relativas às temáticas explicitadas neste trabalho, especialmente no que versa sobre as questões étnico-raciais. Os dados apresentados mostram que nos anais do Encontro Nacional

de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) nos anos de 2005-2010, de um total de 982 artigos, apenas 11 contemplaram assuntos sobre as relações raciais.

De acordo com Araújo (2003, p. 21): “em várias instâncias, existe um espaço específico para a discussão da natureza social dos fenômenos informacionais”, a citar: algumas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em CI (Informação e Sociedade, Informação e Cultura e, Ação Cultural), e nos grupos de trabalho com esse tema em associações e congressos como o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Em se tratando de termos institucionais e/ou terminológicos, se por um lado esse autor afirma que é indiscutível a natureza social da CI, em contrapartida ele mesmo coloca que “em termos propriamente teórico-epistemológicos essa inserção não é exatamente óbvia” (ARAÚJO, 2003, p. 21).

Entendemos que, diante do contexto apresentado, existe uma lógica de silenciamento traduzida na deslegitimação, infantilização, ridicularização e desqualificação das falas de corpos não hegemônicos. Essa mesma lógica faz com que, ao tentar expressar seus saberes localizados, essas pessoas tenham seus discursos anulados e não considerados científicos, pois são carregados de “emoção e pessoalidade”. Como se fosse possível, de fato, a construção de algum conhecimento neutro.

Para a pesquisadora Lena Vânia Pinheiro (2007) , um campo do conhecimento, até chegar à sua formulação conceitual, desenvolvimento de princípios e construtos, elaboração de teorias, metodologias e formulação de leis, é anunciado, gradativamente, por diferentes eventos científicos. Seu aparecimento é demarcado por novos cursos e pesquisas, nos quais são gerados conhecimentos, até reuniões onde serão comunicados, sociedades que congregam pesquisadores e especialistas, e periódicos científicos.

Assim, aspectos relativos a temas, disciplinas ou subáreas, dos Cursos e Programas (áreas de concentração e linhas de pesquisa) são a base para análise das tendências e prioridades acadêmicas nacionais.

3 METODOLOGIA

O fundamento metodológico deste estudo se baseia em uma abordagem qualitativa que se propõe a responder questões particulares inerentes às Ciências Sociais (DENZIN; LINCOLN, 2006).

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

Sendo assim, com relação aos dados coletados, classificamos essa pesquisa como documental, pois segundo Gil (2002, p. 46), “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa”, a exemplo de documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.

Para analisar esse conjunto de dados, fizemos uso do método descritivo (GIL, 2002) que se constitui como um importante modo de fazer investigação em diversas áreas do conhecimento, e ainda da pesquisa interpretativista, inerente às abordagens qualitativas.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Tendo como base a ementa do GT 12, os descritores escolhidos foram: ‘raça’, ‘racial’, ‘étnico-raciais’, ‘cultura africana’, ‘cultura afro-brasileira’, ‘classe’, ‘sexualidade’, ‘interseccionalidade’, ‘gênero’, ‘feminismo’, ‘feminista’, ‘queer’, ‘epistemicídio’, ‘direitos humanos’, ‘diversidade’, ‘violências’ e ‘acessibilidade’. O *corpus* compreendeu os 8 Programas de Pós-Graduação (PPG) na Área de Ciência da Informação, distribuídos em 7 Unidades Federativas (UF) dos 9 Estados da Região Nordeste do Brasil.

A coleta foi realizada inicialmente através da Plataforma Sucupira¹, conforme quadro 1 e posteriormente nos Portais de cada instituição de Ensino Superior (IES) pesquisada:

Quadro 1 - *Corpus* da pesquisa

UF	IES	Programa	Nível	Conceito	Início
AL	Universidade Federal de Alagoas	Ciência da Informação	ME	A ²	2019
BA	Universidade Federal da Bahia	Ciência da Informação	ME/DO	4	2001 ³
CE	Universidade Federal do Ceará	Ciência da Informação	ME	3	2016
	Universidade Federal do Cariri	Biblioteconomia	MP	3	2016
PB	Universidade Federal da Paraíba	Ciência da Informação	ME/DO	4	2007 ⁴
PE	Universidade Federal de Pernambuco	Ciência da Informação	ME/DO	4	2009 ⁵
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Gestão da Informação e do Conhecimento	MP	3	2015
SE	Universidade Federal de Sergipe	Ciência da Informação	MP	3	2017

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

¹ Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

² A= Aprovado

³ Data da recomendação do Mestrado Acadêmico, para o Doutorado foi 2010.

⁴ Data da recomendação do Mestrado Acadêmico, para o Doutorado foi 2012.

⁵ Data de início do Mestrado, o Doutorado iniciou em 2017.

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

São 5 programas de Mestrado Acadêmico, 3 de Mestrado Profissional e 3 de Doutorado. O Portal de cada PPG foi localizado a partir dos dados da Plataforma Sucupira, que na segunda etapa, foi acessada cada página e realizada a busca pelos descritores escolhidos, nos títulos e ementário da matriz curricular de cada curso.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (PPGCI/UFAL)⁶ não apresentou nenhum componente curricular dentro dos parâmetros da pesquisa. No Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA)⁷, foi localizado o componente optativo: ‘Informação, Cultura e Sociedade’, cuja ementa apresenta tópicos como ‘relações entre poder e ideologia para a construção do conhecimento e a responsabilidade social’.

O Estado do Ceará abriga dois programas em duas IES distintas, em nível de Mestrado, sendo um Acadêmico e outro Mestrado Profissional. No Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (PPGCI/UFC)⁸ foi identificado o componente optativo ‘Tecnologias Assistivas’, que discute o acesso à informação contextualizado à deficiência funcional; e o componente optativo ‘Políticas Públicas de Informação’, que a partir de uma perspectiva interdisciplinar analisa as políticas públicas de informação em um cenário complexo e reflete sobre a democratização do acesso à informação. No Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (PPGB/UFGA) foi localizado o componente curricular: ‘Informação, cultura e memória’, que traz em sua ementa a informação como desiderato da formação identitária de indivíduos e grupos sociais’.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB)⁹, apresentou o maior número de componentes curriculares.

Quadro 2 - Componentes curriculares do PPGCI/UFPB com aderência ao GT12

Componentes	Ementas
Informação e Cultura	Teorias da cultura e aplicabilidade dentro do campo da Ciência da Informação. Informação como prática cultural. Diversidades sócio-culturais e identidades na contemporaneidade. Estudos culturais da informação.
Sociologia da Informação	O fenômeno informacional como objeto de estudo sociológico; informação, conhecimento e ideologia; sociabilidades e relações de poder na sociedade da informação e/ou conhecimento; informação e mudança social; globalização e a informação/mercadoria.

⁶ Disponível em: <https://ichca.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/ciencia-da-informacao>. Acesso em: 23 jun. 2023.

⁷ Disponível em: <https://ppgci.ufba.br/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

⁸ Disponível em: <https://ppgci.ufc.br/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

⁹ Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=1871>. Acesso em: 23 jun. 2023.

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

Componentes	Ementas
Interfaces entre mediação e representação da informação com os marcadores sociais da diferença	Abordagens conceituais da mediação e da representação da informação na Ciência da Informação. A Informação como fenômeno cultural. A mediação e a representação da informação em interface com marcadores sociais da diferença. Interface entre a mediação da informação, o protagonismo social e as identidades.
Ética e Responsabilidade Social	Ética e poder na sociedade da informação. Ética na produção da ciência. Ética da informação. Responsabilidade social universitária, no ensino, na pesquisa e na extensão. Responsabilidade social, cidadania e diversidade. Ética e responsabilidade social na Ciência da Informação.
Informação e Inclusão Social	A informação como fenômeno modificador de realidades. Os desafios da inclusão na sociedade em rede. O caráter epistemológico das ações de informação. Inclusão informacional para inclusão social. Ações de informação como políticas de inclusão social. A apropriação da informação para inclusão social.
Tópicos Especiais (CINF0030; CINF0053 e CIN0054) ¹⁰ .	

Fonte: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB (2023).

No Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE)¹¹ e no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGIC/UFRN)¹², não foram localizados nenhum componente com aderência ao GT 12 da Ancib.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS)¹³, localizou-se os componentes ‘Tópicos Especiais em Ciência da Informação’ e ‘Tópicos Especiais em Gestão da Informação e do Conhecimento’ cuja ementa tem conteúdo aberto, a ser definido pelo(a) docente; e o componente ‘Educação e acessibilidade em unidades de informação’, que apresenta os fundamentos teóricos-metodológicos da educação e da inclusão social e cultural nas unidades de informação e organizações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar um cenário de aplicação das Políticas públicas nacionais de educação voltada para a inclusão das discussões étnico-raciais, gênero e diversidade nos Programas de Pós-Graduação em CI, significa apresentar evidências que possam contribuir para que os PPGCIs da Região Nordeste, analisem de forma crítica a oferta de componentes curriculares com conteúdos que contemplem a diversidade da formação étnica e cultural brasileira. Debate tão

¹⁰ Com conteúdo variável, dependendo da área de pesquisa do(a) docente.

¹¹ Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgci>. Acesso em: 23 jun. 2023.

¹² Disponível em: <https://ppgic.wordpress.com/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

¹³ Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=1051>. Acesso em: 23 jun. 2023.

relevante para um programa situado no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. De acordo com o objetivo traçado e a estratégia metodológica empregada, os achados da pesquisa apontam para uma inserção das temáticas tratadas no GT 12 ainda de forma muito tímida nos componentes curriculares dos programas de Pós-Graduação. Dentre as Instituições, a que tem as discussões mais consolidadas é a UFPB, que apresenta 8 (oito) componentes com aderência às temáticas. Portanto, é imprescindível uma autoavaliação e atualização quanto à abordagem em CI que contemple toda sua diversidade.

Futuramente, pretende-se confrontar as pesquisas desenvolvidas pelos egressos dos PPG observados, para identificar se a temática decolonial está presente nas dissertações e teses defendidas nos programas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A presença de mulheres negras em espaços públicos como uma questão de desigualdade de gênero. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 2, p. 555-576, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6203096.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, 2003.

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Portal**. 2023. Disponível em: <https://ancib.org/sobre/>. Acesso em 12 jul. 2023.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000100007&nrm=iso. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, out. 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 09 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF, 30 maio 2012. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em 12 jul. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg-2011-2020>. Acesso em 12 jul. 2023.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-47.

FABEN, Alexandre; OLIVEIRA, Débora Souza; OLIVEIRA, Débora Santos de. **A educação antirracista nos cursos de biblioteconomia no Brasil: um panorama da região sudeste**. , v. 18, n. 3, p. 1-16, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/211719>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HERINGER, Rosana. Diversidade racial e relações de gênero no Brasil contemporâneo. In: UNIFEM (org.). **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), 2006. p. 140- 165. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories, episodes of everyday racism**. Alemanha: Editora UNRAST, 2016.

OLIVEN, Ruben George. Cultura. In.: **Plano Nacional de Pós-graduação - PNPG 2011-2020**. Brasília, DF: CAPES, 2010. p.133-152.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Cenário da Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 28 a 31 out, 2007. p. 226.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR 24**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

SANTOS, Yuri Tomaz dos. Raça, racialidade e racismo: a ressignificação etimológica de uma pseudo-sociologia e a reverberação do espetáculo racial no contexto brasileiro. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v. 2, n. 10, ano 5, p. 78-95, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/comunicacao/raca-racialidade>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; PIZARRO, Daniella Câmara. O ensino de história da África em cursos de biblioteconomia brasileiros. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 9, 2022.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Epistemologias Negro-Africanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: um olhar a partir da Teoria Crítica Racial. 2023. Doutorado (Ciência da Informação - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. A inserção das temáticas africana e afro-brasileira e o ensino de Biblioteconomia: avaliação em instituição de ensino superior de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 143-182, 2019a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/121353>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Representações sociais acerca das culturas africana e afrobrasileira na educação em biblioteconomia no Brasil**. 2019b. 518 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1047/1/GARCES_Francielle_Versao%20%20%20Final_novembro_2019.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. *In*: MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle (orgs.) **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da. A produção científica sobre os (as) negros nos ENANCIBs sob um olhar cientométrico. **Informação e Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 151-169, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/12247>. Acesso em: 12 jul. 2023.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Educação antirracista no ensino da biblioteconomia. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 5, n. esp., p. 118-126, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/462>. Acesso em: 12 jul. 2023.